

PROPOSTA DE SIMPÓSIO

Simpósio:

INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DO ENVELHECIMENTO E DA VIDA: NOVOS DESAFIOS SOBRE MORTE MEDICAMENTE ASSISTIDA E IMORTALIDADE À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS

Coordenadores:

Nome da Coordenadora 1: Patrícia Cardoso Dias

Vinculação Institucional: Universidade Autónoma de Lisboa “Luís de Camões”

Resumo Curricular: Patrícia Cardoso Dias, doutoranda em Direito na Universidade Autónoma de Lisboa “Luís de Camões” (UAL), na especialidade em Ciências Jurídicas; Mestre em Direito pela UAL, com a defesa em provas públicas do tema subordinado à representação voluntária em matéria de cuidados de saúde, “Diretivas Antecipadas de Vontade: A Intransmissibilidade do Exercício de Direitos de Personalidade e a Nomeação de um Procurador de Cuidados de Saúde”. Professora convidada da Universidade Autónoma de Lisboa “Luís de Camões”, lecionando a unidade curricular, do curso de Mestrado em Direito, “Metodologia da Investigação Jurídica”; tem colaborado na unidade curricular de História do Direito do curso de licenciatura da UAL; professora convidada no curso de pós graduação “Proteção de Dados Pessoais, Privacidade e Cibersegurança na UE” nos módulos subordinados à proteção de dados pessoais no setor da saúde; oradora convidada em diversas sessões de formação do Conselho Regional da Ordem dos Advogados de Évora e Faro no domínio do Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais. Os campos de atuação e investigação preferenciais na área jurídica subordinam-se ao Direito Civil, Direito da Saúde, Direito da Medicina e Direitos de Personalidade e Tutela da Personalidade. Consultora jurídica na área do Direito e Novas Tecnologias, desenvolvendo a sua atividade no domínio da execução do Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais 2016/679.

Nome da Coordenadora 2: Cesar Luiz de Oliveira Janoti

Vinculação Institucional: Universidade Paulista

Resumo Curricular: Cesar Luiz de Oliveira Janoti, mestrando em Direito na Universidade Autónoma de Lisboa “Luís de Camões” (UAL), na especialidade em Ciências Jurídicas; Especialista em Direito e Processo Penal pela Universidade Cândido Mendes. Professor da Universidade Paulista (UNIP), lecionando a unidade curricular, do curso de Graduação em Direito, “Proteção Penal ao Indivíduo”; professor convidado no curso de pós-graduação em “Direito Penal e Processual Penal” da Escola Superior de Advocacia da Seccional de Ribeirão Preto/SP da Ordem dos Advogados do Brasil; professor convidado no curso de pós-graduação em “Direito Penal e Processual Penal” da Escola Superior de Advocacia da Seccional de Mogi das Cruzes/SP da Ordem dos Advogados do Brasil; professor convidado no curso de pós-graduação em “Direito Penal e Processual Penal” da Universidade Presbiteriana Mackenzie nos módulos referentes aos “Crimes contra a Ordem Tributária” e “Aspectos Jurídicos da Corrupção”; professor da Escola Paulista de Ciências Médicas lecionando a unidade curricular, do curso de extensão em “Direito e Saúde”, “Diretivas Antecipadas de Vontade em matéria de Saúde”.

Linha(s) de debate (descrição do Simpósio):

Considerando os avanços tecnológicos da medicina, que possibilitam o prolongamento da vida humana, e verificando-se hodiernamente a emergência do conceito de interrupção voluntária do envelhecimento, bem como o desenvolvimento de técnicas de engenharia

genética tendentes à configuração de uma pretensa imortalidade, a constituição de um regime jurídico que reconheça um direito a morrer, consentâneo com a representação de morte digna individual, presidido pela conceptualização do direito à vida como um direito relativo e não absoluto, portanto inviolável, mas não irrenunciável, tem necessariamente de ser ponderado à luz dos Direitos Humanos, tendo em vista assegurar o respeito pelo princípio bioético de liberdade, enformador das sociedades plurais contemporâneas. Compete aos ordenamentos jurídicos garantir que a pessoa humana, enquanto valor ou bem mais elevado reconhecido pelo sistema de normas, disponha de condições essenciais para que livremente desenvolva a sua personalidade, sendo o próprio Direito uma ordem de liberdade na qual se devem encontrar os limites da liberdade geral de ação individual à luz dos Direitos Humanos. Estes são mecanismos operativos que asseveram o respeito pela dignidade da pessoa humana. A eutanásia e o suicídio assistido são expressões do poder de autodeterminação da pessoa em relação ao momento da sua morte, final de um ciclo de vida, relativamente ao qual não pode dispor no momento do nascimento, mas em relação ao qual se admite paulatinamente a sua relevância como decisão voluntária, ou seja, como um ato e não um facto jurídico.

Idioma dos resumos que serão aceitos para apresentação:

Português (X)

Inglês (X)

Espanhol (X)

SYMPOSIUM 41

Symposium:

VOLUNTARY INTERRUPTION OF AGING AND LIFE: NEW CHALLENGES REGARDING MEDICALLY ASSISTED DEATH AND IMMORTALITY UNDER THE ASPECTS OF HUMAN RIGHTS

Coordinators:

Name of Coordinator 1: Patrícia Cardoso Dias

Institution: Universidade Autónoma de Lisboa “Luís de Camões”

Curricular Summary: Patrícia Cardoso Dias, PhD student in Law at the Universidade Autónoma de Lisboa “Luís de Camões” (UAL), specializing in Legal Sciences; Master of Laws from UAL, defending public evidence on the subject of voluntary health care representation, “Anticipated Directives of Will: The Non-Transferability of the Exercise of Personality Rights and the Appointment of a Health Care Attorney” . Invited professor at the Universidade Autónoma de Lisboa “Luís de Camões”, teaching the course, of the Master's in Law course, “Legal Research Methodology”; has collaborated in the course of History of Law of the UAL licensing course; invited professor in the post-graduation course “Protection of Personal Data, Privacy and Cybersecurity in the EU” in modules related to the protection of personal data in the health sector; guest speaker at several training sessions of the Regional Council of the Bar Association of Évora and Faro in the field of the General Regulation for the Protection of Personal Data. The preferred fields of activity and research in the legal area are subordinate to Civil Law, Health Law, Medicine Law and Personality Rights and Personality Protection. Legal consultant in the area of Law and New Technologies, developing her activity in the field of the implementation of the General Regulation for the Protection of Personal Data 2016/679.

Name of Coordinator 2: Cesar Luiz de Oliveira Janoti

Institution: Universidade Paulista

Curricular Summary: Cesar Luiz de Oliveira Janoti, mastering in Law at the Universidade Autónoma de Lisboa “Luís de Camões” (UAL), specializing in Legal Sciences; Specialist in Law and Criminal Procedure from Cândido Mendes University. Professor at Universidade Paulista (UNIP), teaching the curricular unit of the Law Graduation course “Penal Protection for the Individual”; invited professor in the post-graduate course in “Criminal Law and Criminal Procedure” at the Superior School of Law of the Sectional of Ribeirão Preto / SP of the Brazilian Bar Association; guest professor in the post-graduate course in “Criminal Law and Criminal Procedure” at the Higher School of Law of the Mogi das Cruzes Section / SP of the Brazilian Bar Association; guest professor in the postgraduate course in “Criminal Law and Criminal Procedure” at Universidade Presbiteriana Mackenzie in the modules referring to “Crimes against the Tax Order” and “Legal Aspects of Corruption”; professor at Escola Paulista de Ciências Médicas teaching the curricular unit, of the extension course in "Law and Health", "Anticipated Directives of Will in matters of Health".

Line(s) of discussion (symposium description):

Considering the technological advances in medicine, which make it possible to prolong human life and the emergence of the concept of voluntary interruption of aging, as well as the development of genetic engineering techniques aimed at the configuration of an alleged immortality, the configuration of a legal regime that recognizes a right to die, consistent with the representation of dignified individual death, presided over by the conceptualization of the right to life as a relative and not an absolute right, therefore inviolable, but not unavoidable,

must necessarily be considered in the light of Human Rights , with a view to ensuring respect for the bioethical principle of freedom, which shapes contemporary plural societies. It is up to the legal systems to ensure that the human person, as a higher value or asset recognized by the system of norms, has essential conditions for him to freely develop his personality, with Law itself being an order of freedom, in which the limits must be found to the general freedom of individual action in the light of Human Rights. These are operational mechanisms that assure respect for the dignity of the human person. Euthanasia and assisted suicide are an expression of the person's power of self-determination in relation to the moment of their death, the end of a life cycle, in relation to which they cannot dispose at the moment of birth, but in relation to which their relevance is gradually admitted as a voluntary decision, that is, as an act and not a legal fact.

Languages of abstracts that will be accepted for presentation:

Portuguese (X)

English (X)

Spanish (X)

SIMPOSIO 41

Simposio:

INTERRUPCIÓN VOLUNTARIA DEL ENVEJECIMIENTO Y LA VIDA: NUEVOS DESAFÍOS CON RESPECTO A LA MUERTE CON ASISTENCIA MÉDICA Y LA INMORTALIDAD A LA LUZ DE LOS DERECHOS HUMANOS

Coordinadores:

Nombre del Coordinador 1: Patrícia Cardoso Dias

Vinculación Institucional: Universidade Autónoma de Lisboa

Resumen curricular: Patrícia Cardoso Dias, estudiante de doctorado en Derecho en la Universidad Autónoma de Lisboa "Luís de Camões" (UAL), especializada en Ciencias Jurídicas; Master of Laws de UAL, defendiendo la evidencia pública sobre el tema de la representación voluntaria de atención médica, "Directivas anticipadas de voluntad: la no transferibilidad del ejercicio de los derechos de la personalidad y el nombramiento de un abogado de atención médica". Profesora invitada en la Universidad Autónoma de Lisboa "Luís de Camões", impartiendo el curso, del curso de Maestría en Derecho, "Metodología de la Investigación Jurídica"; ha colaborado en el curso de Historia del Derecho del curso de licencia UAL; profesora invitada en el curso de postgrado "Protección de datos personales, privacidad y ciberseguridad en la UE" en módulos relacionados con la protección de datos personales en el sector de la salud; oradora invitada en varias sesiones de capacitación del Consejo Regional del Colegio de Abogados de Évora y Faro en el ámbito del Reglamento General para la Protección de Datos Personales. Los campos preferidos de actividad e investigación en el área legal están subordinados al derecho civil, el derecho de la salud, el derecho de la medicina y los derechos y la protección de la personalidad. Consultora legal en el área de Derecho y Nuevas Tecnologías, desarrollando su actividad en el campo de la implementación del Reglamento General para la Protección de Datos Personales 2016/679.

Nombre del Coordinador 2: Cesar Luiz de Oliveira Janoti

Vinculación Institucional: Universidade Paulista

Resumen curricular: Cesar Luiz de Oliveira Janoti, estudiante de maestría en Derecho en la Universidad Autónoma de Lisboa "Luís de Camões" (UAL), especializado en Ciencias Jurídicas; especialista en Derecho y Procedimiento Penal de la Universidad Cândido Mendes. Profesor de la Universidade Paulista (UNIP), enseñando la unidad curricular del curso de Graduación de Derecho, "Protección Penal para el individuo"; profesor invitado en el curso de posgrado en "Derecho Penal y Procedimiento Penal" en la Escuela Superior de Derecho de la Sección de Ribeirão Preto / SP del Colegio de Abogados de Brasil; profesor invitado en el curso de posgrado en "Derecho Penal y Procedimiento Penal" en la Escuela Superior de Derecho de la Sección Mogi das Cruzes / SP del Colegio de Abogados de Brasil; profesor invitado en el curso de posgrado en "Derecho penal y procedimiento penal" en la Universidade Presbiteriana Mackenzie en los módulos que se refieren a "Delitos contra la orden fiscal" y "Aspectos legales de la corrupción"; profesor de la Escuela Paulista de Ciencias Médicas, impartiendo la unidad curricular, del curso de extensión en "Derecho y Salud", "Directivas anticipadas de voluntad en materia de salud".

Línea (s) de discusión (descripción del Simposio):

Teniendo en cuenta los avances tecnológicos en medicina, que permiten prolongar la vida humana, y con el surgimiento del concepto de interrupción voluntaria del envejecimiento en la actualidad, así como el desarrollo de técnicas de ingeniería genética destinadas a la

configuración de una supuesta inmortalidad, la constitución de un régimen legal que reconozca el derecho a morir, consistente con la representación de la muerte individual digna, presidido por la conceptualización del derecho a la vida como un derecho relativo y no absoluto, por lo tanto, inviolable, pero no inevitable, debe sopesarse necesariamente contra los Derechos Humanos, con miras a garantizar el respeto del principio bioético de libertad, que configura las sociedades plurales contemporáneas. Depende de los sistemas legales garantizar que la persona humana, como un valor o activo más alto reconocido por el sistema de normas, tenga condiciones esenciales para que pueda desarrollar libremente su personalidad, siendo la Ley misma un orden de libertad en el que deben encontrarse los límites de la libertad. Libertad general de acción individual a la luz de los derechos humanos. Estos son mecanismos operativos que aseguran el respeto a la dignidad de la persona humana. La eutanasia y el suicidio asistido son una expresión del poder de autodeterminación de la persona en relación con el momento de su muerte, el final de un ciclo de vida, en relación con el cual no pueden disponer en el momento del nacimiento, pero en relación con el cual su relevancia se admite gradualmente como una decisión voluntaria, es decir, como un acto y no como un hecho legal.

Idioma de los resúmenes que serán aceptados para la presentación:

Portugués (X)

Inglés (X)

Español (X)